



Flor Brilhante e as cicatrizes da pedra: impactos e percepções sobre a mineração nos limites de um Território Indígena.

Jade Rainho¹

Entre outubro e novembro de 2012, estive em Dourados, MS, pesquisando a realidade dos Guarani Kaiowá residentes na Reserva de Dourados e aldeias da região. Na época, cursava o primeiro ano de uma segunda graduação em Ciências Sociais na USP, com o sonho de fazer um intercâmbio para a Universidade Paris X – Nanterre e me formar cineasta-antropóloga na escola de Jean Rouch. Entretanto, a leitura de uma carta dos Guarani Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay, Iguatemi, MS, transformou toda a trajetória. Nela, em resposta à liminar que determinava a reintegração de posse de sua área de retomada², os indígenas expunham, com uma crueza jamais vista, o genocídio a que estão secularmente submetidos:

Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui.

Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais. Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos.

Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai-MS (CONSELHO/COMISSÃO DE ATY GUASU GUARANI E KAIOWÁ DO MS, 2012).

1 Pesquisadora cultural, documentarista e diretora do curta-metragem “Flor Brilhante e as cicatrizes da pedra” (2014), graduada em Comunicação Social pela UFRGS.

2 Os acampamentos de retomada são espaços de resistência indígena “engajados em reproduzir um modo de viver específico sobre o território, baseado fundamentalmente na circulação de pessoas, objetos e afetos, e em relações de parentesco que envolvem tanto os vivos como os mortos” (MORAIS, 2017: 121-122).

No texto, nos é revelada uma cruel distinção: enquanto no mundo dos “brancos” deixar a terra, migrar, refugiar-se, despatriar-se é, muitas vezes, solução para a manutenção da vida, para os Guarani Kaiowá esta não é uma alternativa possível; deixar a terra significa o abandono de seu próprio corpo e vitalidade ancestral – é como seguir vazio, desenraizado, portanto, sempre morto. Para além disso, há também a percepção explícita de que, para eles, se viver já é difícil de posse da terra nesse cenário de profundas mazelas e violações de direitos básicos, viver sem um pedaço de chão de onde se possa tirar o sustento é dar início à contagem regressiva da morte sentenciada, sucessiva e inevitável, que leva um a um no atravessamento do tempo. De acordo com o livro *Do corpo ao pó*, de Bruno Martins Morais (2017), esta luta mantém o corpo indígena em estado de tensão permanente, dentro de uma constante e desgastante disputa desigual pela garantia e validação da demarcação de seus territórios, entre os infundáveis movimentos de expulsão e reintegração de terra a que são submetidos por décadas a fio. As leis dos “brancos” parecem funcionar de acordo com suas próprias vontades. A “burocratização do conflito” e a inacessibilidade de seus códigos legais dificultam e, por vezes, estancam as poucas conquistas.

Cada reclame de terra guarani enfrenta no Mato Grosso do Sul inúmeras complicações administrativas e judiciais para demarcação e posse plena dos índios. O processo vai e vem nas diferentes fases. Ordens judiciais anulam atos que já se tinham por firmados, ou abrem exceções para isolar uma e outra propriedade incidente sobre a demarcação. Na maior parte das vezes, tudo é paralisado enquanto as ações não são julgadas. Os índios promovem ocupações, e ora têm autorização judicial para permanência na área, ora são despejados legal ou ilegalmente (MORAIS, 2017: 134).

Voltando ao relato de meu encontro com a causa Guarani Kaiowá, já havia um tempo em que queria atuar junto aos povos indígenas, então decidi ir a Dourados agir ativamente a favor deste grupo, ofertando meu serviço de pesquisadora cultural e documentarista audiovisual como ferramenta capaz de abrir canais de acesso, escuta e ampliação de suas vozes, com a esperança de que pudéssemos denunciar as violações de direitos humanos e ambientais praticadas no Mato Grosso do Sul e, assim, mover os ventos da transformação.

Em relação a essa perspectiva de colocar de meu ofício e subjetividade a favor do ativismo indígena, humanitário e da natureza, encontro referência no livro do grande mestre do cinema político e poético documental latino-americano, Patricio Guzmán, *Filmar o que não se vê* (2017), ao citar conceitos de Alan Rosenthal e Bill Nichols e aferir: “o cineasta é uma testemunha que participa; um observador ativo que toma posição – um fabricante de significados – que nos oferece uma obra pessoal, um discurso cinematográfico que vai muito além do olhar de um observador neutro” (Ibid.: 23). Me percebo em completa consonância com Guzmán ao seguir elaborando que “o documentário é um espaço de reflexão”, e este criamos principalmente para que o espectador tire suas próprias conclusões sobre temas que extremamente nos tocam e desvelam (Ibid.: 24).





[...] não se deve acreditar que o ato de descrever seja desindividualizado, despersonalizado ou desumanizado. Ao filmar, o pesquisador está inteiramente presente atrás da câmera. É um homem [ser humano] total que observa outros homens [seres humanos]. Estamos então diante de uma cooperação onde cada um se entrega totalmente com sua inteligência, seu saber, sua paixão. Além do mais, o cineasta obteve o acordo das pessoas filmadas e se inseriu junto a elas. Familiarizou-se com seu meio ambiente, seu modo de vida, sua forma de pensar. Respeita suas crenças, compreende suas preocupações, partilha alguns momentos de suas vidas; não é um observador neutro que não se envolveria em sua observação e olharia os outros homens [seres humanos] como se pesquisasse insetos. No momento da gravação, é ele mesmo quem filma com a câmera na mão. Entra então em proximidade física com os pesquisados, sofre como eles o calor ou o frio, é submetido ao seu ritmo de ação, etc. Tais circunstâncias não incitam uma observação distanciada.

Apesar de não prevalecer no filme de descrição, a expressão pessoal do cineasta transparece no entanto nas imagens que propõe. O pesquisador-cineasta se expõe em sua maneira de observar, de filmar, na escolha de seus temas, na forma de colocá-los em cena. É assim que encontramos em qualquer filme antropológico aspectos que dizem respeito à personalidade do cineasta, bem como ao seu próprio estilo. (COMOLLI, 2009)

Depois de pesquisar tudo que pude sobre o tema e suas questões, idealizei conhecer as áreas de conflito e abordar a absurda realidade do alto índice de suicídio entre os jovens desta etnia, que vivencia uma das mais brutais disputas territoriais e humanas do país. Cheguei à cidade de maneira totalmente independente e sozinha, mas logo conheci um grupo de ativistas locais que passaram a compor minha equipe nas etapas de pesquisa e produção do documentário. Durante a pesquisa de campo, percebi que o tempo que dispunha não seria suficiente para abarcar dignamente uma realidade tão delicada e complexa. O flagelo dos Kaiowá é imenso, seriam necessários anos de convivência e trabalho para tanto – felizmente, anos depois, soube que este trabalho tão urgente e necessário de acompanhamento histórico, político, humano e ético, com profundidade e proximidade à causa, já vinha sendo realizado ao longo das últimas décadas pelo cineasta e ativista indígena Vincent Carelli e sua equipe; o resultado foi lançado em 2016 como o longa-metragem *Martírio*, um filme essencial, alarmante e que hoje já se faz reconhecido como uma das maiores obras audiovisuais sobre conflitos indígenas produzidas no país.

Neste período, na aldeia Jaguapiru, conheci a matriarca e rezadora tradicional³ dona Floriza, a Flor Brilhante. Quando escutei seu relato, senti que ali estava uma história que daria conta de aprofundar e retratar em dois meses. A história de Flor Brilhante e sua família extensa é tema do documentário de curta-metragem *Flor Brilhante e as cicatrizes da pedra*⁴, lançado em 2014. No filme, somos apresentados a esta família de rezadores Guarani Kaiowá que resiste em manter sua

3 Termo local utilizado para referenciar os xamãs (MEZACASA, 2014).

4 Disponível em: <www.vimeo.com/jaderainho/florbrilhanteecicatrizesdapedra>

cultura viva e repassar os conhecimentos herdados dos ancestrais, enquanto convive com os impactos nocivos da mineração em terra indígena. A Jaguapiru é uma das aldeias situadas na Reserva de Dourados, que tem a maior concentração indígena do país; ali, cerca de 15 mil indígenas vivem comprimidos em um território de 3,5 hectares, sem rios naturais e mata nativa, a poucos quilômetros do centro da cidade. De frente à casa de dona Floriza, do outro lado da estrada de terra, a cerca de 400 metros, está sediada uma empresa privada de mineração que dinamita, a aproximadamente cada 15 dias, uma pedra para torná-la matéria-prima de diversos produtos da construção civil, como o cascalho de asfalto. A exploração da pedra é realizada há mais de 40 anos e, desde então, os indígenas vizinhos dizem sofrer as múltiplas consequências desta intervenção agressiva à natureza: a terra treme, as paredes racham; têm mal-estar, desmaiam, sentem choques, alguns já sofreram problemas cardíacos e o esposo de Floriza, seu Jorge, já perdeu parte da audição; além disso, dona Floriza também relata que o espírito do milho está triste e por isso não conseguem mais receber uma boa colheita. Em suas rezas, a Ñandesy⁵ estabelece contato com o espírito do Curupira, a quem reconhece como o verdadeiro “dono da pedra”, que avisa estar bravo por tanta violência e que pode se vingar a qualquer instante, tanto dos Karaí (brancos), quanto dos Kaiowá. Ela conta que ele, em sua fúria, é capaz de provocar acidentes e até virar carros na estrada. Por isso, Flor Brilhante e sua família rezam para que se acalme e pedem pelo bem de todos, brancos e indígenas, buscando restabelecer o equilíbrio na terra.

Como podemos verificar, somos apresentados à cosmovisão de um povo indígena com conhecimento ontológico semelhante ao evidenciado em outras etnias; entes materiais e imateriais, orgânicos e inorgânicos da natureza – como minérios, metais, pedras, e o próprio petróleo – são percebidos como animados em existência e espírito, por vezes capazes de se comunicarem e manifestarem, e são lesados por todas as ações depredatórias que o pensamento “curto e obscuro” dos “brancos” – como se refere o xamã Yanomami, Davi Kopenawa, no livro *A queda do céu* (2015) – produz em busca da acumulação material.

Todas as mercadorias dos brancos jamais serão suficientes em troca de todas as suas árvores, frutos, animais e peixes. [...] Tudo o que cresce e se desloca na floresta ou sob as águas e também todos os *xapiri* e os humanos têm um valor importante demais para todas as mercadorias e o dinheiro dos brancos. Nada é forte o bastante para poder restituir o valor da floresta doente. Nenhuma mercadoria poderá comprar todos os Yanomami devorados pelas fumaças de epidemia. Nenhum dinheiro poderá devolver aos espíritos o valor de seus pais mortos! (KOPENAWA & ALBERT, 2015: 355, *apud* NOVO, 2016: 170).

Quando iniciamos a pesquisa para o documentário, Flor Brilhante acabara de voltar para casa após sofrer um acidente na última explosão. Ela desmaiou, caiu desacordada e machucou o ombro e o quadril, foi hospitalizada e ficou dias sem caminhar, precisando do auxílio de uma

5 Termo que se refere a xamã, rezadora Guarani Kaiowá aqui representada por dona Floriza, a Flor Brilhante.





cadeira de rodas. O ferimento da matriarca levou ao limite da situação. Como medida paliativa, a pedreira pagou medicamentos e passou a buscá-la em sua casa, minutos depois de soar um alarme de aviso, para um passeio na rodovia MS 156, enquanto realiza a detonação. Presenciei um destes acontecimentos, que tem suas cenas incluídas no documentário. Flor Brilhante ensinava as netas em sua *ogapysy* – casa de reza – quando o alarme disparou. Ela me disse que não iria parar e que continuasse filmando. Em pouco tempo, chegaram três carros com funcionários para levá-la. Flor Brilhante se manteve firme e incisiva: só sairia dali quando terminasse sua reza. Os funcionários precisaram ligar para a empresa pedindo para adiar a explosão por um tempo, enquanto o barulho estridente do alarme continuava, acompanhando suas rezas e evocações na língua materna, entre pedidos de consciência para que se respeitasse e cuidasse do espírito da pedra e de todas as formas de vida que ali seriam machucadas.

No outro dia, procurei a gerência da empresa mineradora para uma entrevista, que foi concedida sob a condição de que nada seria filmado. Em sua fala, o gerente negou os impactos e a força das detonações, afirmando que não causavam dano algum e que eram muito bons com os indígenas, “inclusive os empregam em sua empresa, apesar de serem mais preguiçosos, renderem menos e faltarem mais”. Me afirmou que seus empregados indígenas estavam entre os que viviam em melhores condições, pois “eram os únicos que tinham TV de plasma em suas casas”. Também realçou que as atividades da pedreira são muito importantes e benéficas ao desenvolvimento do país, já que possibilitam a construção de estradas e, “afinal, você não gosta de viajar? Todos precisamos de asfalto nas estradas para nos deslocarmos e vivermos bem”. Em seguida, me levou para visitar as instalações e chamou dois de seus funcionários indígenas para conversarem comigo. Perguntou se gostavam de trabalhar ali e eles consentiram. Em um breve momento em que fomos deixados a sós, perguntei a eles sobre as explosões da pedra, se sentiam os impactos na terra desde suas casas. Ambos disseram que sim, e que viviam mais para dentro da aldeia, não tão próximos às instalações. Depois, o gerente me levou em seu carro para conhecer a cratera do canteiro de obras e me disse que eles ainda têm material para seguir trabalhando e explorando a pedra por, pelo menos, mais 100 anos.

Como podemos constatar ao longo desta descrição detalhada, a racionalidade Guarani Kaiowá, representada na significação de suas experiências no mundo e sua visão simbólica sobre a pedra, é completamente distinta e distante da apresentada pela gestão da empresa mineradora (MEZACASA, 2014).

Para Flor Brilhante, a pedra é sagrada, sua existência “não é à toa”⁶, está imbuída de um espírito que pertence ao Curupira e sua retalhação causa grande dano ao equilíbrio dos sistemas de vida nos quais estamos todos inseridos. Durante suas rezas, a Ñandesy, em contato direto com o mundo espiritual, recebe as queixas da entidade dona da pedra sobre seu sofrimento e ira. Em resposta, pede para que todos sejamos perdoados e liberados das punições possíveis aos que desrespeitam as leis da vida. Flor Brilhante é uma agente intermediária entre os atos humanos e outros

6 Fala presente no documentário “Flor Brilhante e as cicatrizes da pedra”, no trecho de 20’09” à 21’06.

planos existenciais, como chegou a explicar: “o chiru⁷ é como um celular para falar direto com Deus”. Também conta que no cosmos tudo está interconectado e pode se transformar a qualquer instante. Dentro do seu saber, suas intervenções acontecem para a busca de saúde, harmonia e do bem viver de todos, sem separação.

Já a pedreira apresenta uma perspectiva desenvolvimentista que justifica a severa modificação e extração dos recursos da natureza – aqui representados pela pedra – à necessidade que temos, enquanto sociedade, de progresso acelerado. As diretrizes econômicas que atualmente predominam na nação brasileira têm seu conceito de progresso fundado no projeto agro-extrativista exportador, que visa a acumulação do capital e suga da terra as suas riquezas; independente das futuras consequências e carências que isto venha gerar, o objetivo maior é o lucro imediato e a transformação da terra em mercadoria. A historiadora Roseline Mezacasa, em seu artigo “Sistema-mundo moderno-colonial e a cosmologia Guarani e Kaiowá: a racionalidade entre ‘os de cá e os de lá’”, ao se referir a este mesmo caso da pedreira, complementa:

É uma racionalidade que se funda/constitui nos modelos de relações disseminadas nos processos de expansão territorial europeia pelas antigas colônias, racionalidade que nega os “múltiplos saberes locais e regionais” (Porto-Gonçalves 2002: 218). Tal pensamento privilegiava a sociedade europeia como o parâmetro de civilidade frente às outras possibilidades de organização social, religiosa e, então, outras matrizes de racionalidades (MEZACASA, 2014: 144).

De acordo com a liderança Ailton Krenak, para o pensamento indígena, o meio ambiente está povoado de outras presenças, não é apenas um depósito de onde se retiram as coisas e se exaurem os recursos naturais. A terra é reconhecida como parte integral de seus corpos e vidas, não uma servil propriedade. “Ser índio é não aceitar trocar o ser por ter” (AILTON, 2015).

Para os Kaiowá, o *Tekoha*⁸ é o território em que estão enterrados os seus ancestrais e aonde devem nutrir e dar continuidade à sua existência. Tudo que está nesta terra é imbuído de uma força de vida capaz de sentir e se comunicar com eles, respondendo às suas interações, rezas e rituais. A semente, o milho saboró, a pedra, os seres invisíveis que habitam a casa de reza. O mundo espiritual e o terreno têm suas fronteiras diluídas no respeito à vida natural e seu direito de existência plena. Como nos propõe o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, com seu *perspectivismo multinaturalista*, o indígena permite uma multiplicidade de sentidos “onde cada ser, cada elemento do mundo é uma visão no mundo, do mundo — é mundo. Para este tipo de ontologia, o problema que se coloca não é o da “tolerância” (só os donos do poder são “tolerantes”), mas o da diplomacia ou negociação intermundos” (GUILHERME FREITAS, 2015). E é por esta

7 Objetos que têm poder especial, cruces e varas utilizados nas rezas e feitas de um certo tipo de madeira, transmitido por gerações (MURA, 2010).

8 *Tekoha* é um termo em Guarani Kaiowá que designa “o lugar onde somos o que somos”, a terra sagrada onde seus costumes são desenvolvidos e preservados. (MARÍA VICTORIA OJEA, 2015)





negociação e entendimento que Flor Brilhante se manifesta, para pacificar o espírito do Curupira e trazer o fim da destruição da pedra (MEZACASA, 2014: 148), como Ñandesy em resistência reza, sob alarmes de detonação, ao passo em que lhe é imposto, do outro lado da estrada, uma racionalidade normativa que toma os recursos naturais como inanimados e utilitaristas, e justifica sua infinita submissão e exploração ao alcance dos interesses de desenvolvimento e progresso da majoritária sociedade brasileira.

Sem acolher as diversas razões do conflito, parte-se do pressuposto equivocado de que a percepção ontológica pragmática predominante do “branco” é suficientemente parecida com a do nativo, ou até superior; ignorando-se, por completo, a incompatibilidade de experiências coexistentes. Para a rezadeira Kaiowá, a proteção da pedra, morada do Curupira, é pressuposto para a continuidade da vida em harmonia, sem acidentes e próspera, tanto para os Karaí quanto para os indígenas. Atender ao seu chamado e respeitar a sua presença são fundamentais às práticas do saber de seu povo. Essa impossibilidade existencial, ao qual o Curupira e demais entes encantados e invisíveis da natureza costumam estar sujeitos, é bem dissertada no artigo do antropólogo Mauro Almeida (2013), em sua análise sobre a Caiapora num universo onde tudo é mercadoria, e o valor-dinheiro, a medida:

A economia política inclui como capítulo sombrio o processo pelo qual natureza e povos diferentes são destruídos – entes materiais e imateriais, corpos e filosofias – como parte do processo por meio do qual são constituídos pressupostos para o universo das coisas produzidas como mercadorias. A destruição é a primeira regra da economia ontológica industrial, e terra arrasada é a continuação da política de dominação econômica pelo meio da guerra ontológica. A variedade biológica é substituída pela bioindústria, e a variedade de humanos é substituída pela modernidade universal – leia-se, pela generalização do valor-dinheiro como medida de todos os entes (ALMEIDA, 2013: 25).

De acordo com os impactos e conflitos de diferentes compreensões apresentados neste relato, percebemos que, como é comunicado pelo indígena e cientista social Anastácio Peralta no pós-crédito do documentário, quem acaba se prejudicando é o indígena, que se vê como parte da terra e não a tem como fonte exclusiva de lucro⁹, e é forçado a se adequar à convivência invasiva e danosa de práticas que violam o equilíbrio dos modos vida e planos existenciais que tem contato, além de agredirem diretamente sua saúde e corpo físico.

Considerada benéfica e necessária ao desenvolvimento da sociedade brasileira, a perspectiva de progresso extrativista desconsidera o sofrimento da natureza e dos espíritos que nela residem, ignorando os efeitos que tais intervenções possam gerar. A cultura indígena, os entes da natureza e o meio ambiente são barbaramente negligenciados diante de um projeto que se legitima na racionalidade objetiva e unilateral das estruturas sociais predominantes. Como define tão bem

9 Fala presente nos trechos de 25'06" à 25'45" (FLOR... 2014).

Almeida: prevalece “o modelo assentado na ontologia econômica mercantil em que tudo precisa tornar-se mercadoria para ter o direito de existir” (Ibid.: 21).

Com a finalização, lançamento e circulação do documentário por festivais, universidades e mostras ligadas à cultura indígena, direitos humanos, antropologia, audiovisual e cinema no Brasil e no mundo, *Flor Brilhante e sua família* afirmaram se sentirem mais amparados e seguros para expor sua realidade, sendo muitas vezes convidados a falarem em eventos e procurados por pessoas interessadas no assunto e em seus saberes de rezadores Kaiowá.

A pedra continua em atividade, ocupando a mesma sede vizinha.

Flor Brilhante e as cicatrizes da pedra foi premiado no Brasil, Bolívia, Peru e México, traduzido para seis idiomas (português, inglês, espanhol, francês, alemão e italiano) e até hoje recebe convites para exposições nacionais e internacionais, por sua temática atual e ainda pouco abordada.

Referências bibliográficas

AILTON Krenak: “A natureza não é uma fonte inesgotável”. *Realização de Sempre Um Papo*. Intérpretes: Ailton Krenak. Brasília: Tv Câmara, 2015. Son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/OzV5xFWZdy0>>. Acesso em: 28 set. 2018.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. *R@u: Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, p.7-28, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol5no1_01.MauroAlmeida.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

COMOLLI, Annie. Elementos de método em antropologia fílmica. In: FREIRE, Marcus; LOURDOU, Philippe (Org.). *Descrever o visível: Cinema documentário e antropologia fílmica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 23-52.

CONSELHO/COMISSÃO DE ATY GUASU GUARANI E KAIOWÁ DO MS. *Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil*. 2012. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/carta_pyelitokue.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

FLOR Brilhante e as cicatrizes da pedra. Dourados, Ms: Jade Rainho, 2014. Color.

FREIRE, Marcus; LOURDOU, Philippe (Org.). *Descrever o visível: Cinema documentário e antropologia fílmica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.





GUILHERME FREITAS. Eduardo Viveiros de Castro: ‘O que se vê no Brasil hoje é uma ofensiva feroz contra os índios’. *O Globo*. Rio de Janeiro, ago. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/eduardo-viveiros-de-castro-que-se-ve-no-brasil-hoje-uma-ofensiva-feroz-contra-os-indios-17261624>>. Acesso em: 28 set. 2018.

GUZMÁN, Patricio. *Filmar o que não se vê: Um modo de fazer documentários*. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARÍA VICTORIA OJEA. Indígenas do Paraguai recuperam seu “tekoha”, que é terra e vida. *El País*. Madri, Espanha, 07 jul. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/05/internacional/1436105747_370857.html>. Acesso em: 28 set. 2018.

MARTÍRIO. Direção de Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho, Tatiana Almeida. Vídeo nas Aldeias & Papo Amarelo, 2016. Color.

MENDONÇA, Ricardo; SANCHES, Mariana. Uma tragédia indígena. *Revista Época*, Rio de Janeiro, 02 dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/12/uma-tragedia-indigena.html>>. Acesso em: 29 set. 2018.

MEZACASA, Roseline. Sistema-mundo moderno-colonial e a cosmologia Guarani e Kaiowá: a racionalidade entre “os de cá e os de lá”. *R@u: Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 6, p.139-152, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/06/vol6no1_completo1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

MORAIS, Bruno de Martins. 2 Terra, territórios. In: MORAIS, Bruno de Martins. *Crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte*. São Paulo: Elefante, 2017. p. 119-194.

MURA, Fabio. A trajetória dos chiru na construção da tradição de conhecimento Kaiowa. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132010000100006>>. Acesso em: 28 set. 2018.

NOVO, Marina Pereira. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras. 729 p. *R@u: Revista Antropológica da UFSCAR*, São Carlos, v. 2, n. 8, p.167-170, jul/dez 2016. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Vol8no2_12_kopenawa.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

20IDEIAS para girar o mundo - Ailton Krenak. *Realização da Unesco no Brasil*. Intérpretes: Ailton Krenak. S.i.: +20 Ideias, 2012. Color. Disponível em: <<https://youtu.be/f48HAu0bNPc>>. Acesso em: 29 set. 2018.